

ADAPTAR É INCLUIR? DIÁLOGOS SOBRE ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cecília Carvalho Mota ¹
Francisca das Chagas Frazão Maia ²
Rebeca Azevedo da Silva ³
Juliana Silva Santana⁴

INTRODUÇÃO

As atividades adaptadas têm sido utilizadas no cotidiano de professoras/es da rede municipal de Fortaleza, com o intuito de promover a inclusão de estudantes, sobretudo aqueles com deficiência e/ou em situação de dificuldades na aprendizagem durante a escolaridade. Pensando nessa realidade, esse trabalho identifica as concepções de adaptar e acessibilizar que permeiam a prática pedagógica na perspectiva da Educação Inclusiva, compreendendo quais ações envolvem estes conceitos.

Em uma recente pesquisa realizada por autoras da Universidade Estadual do Ceará (UECE) sobre formação continuada de professores/as da rede municipal de ensino em relação à educação inclusiva, observou-se o constante uso de termos como “atividades adaptadas” ou “atividades diferenciadas” ao elencar quais estratégias são aplicadas pelos/as pesquisadores/as para garantir a inclusão de todos/as os/as alunos/as em sala de aula (Maia *et al.*, 2024). Entretanto, surgiu uma lacuna sobre quais concepções os/as docentes possuem sobre adaptar e incluir e se há distinção entre a integração e inclusão da criança no espaço escolar em suas práticas pedagógicas.

Dialogar sobre acessibilidade escolar perpassa por um longo caminho histórico de lutas e conquistas, marco legal e garantias, repressão e inclusão. Para que seguisse esses caminhos, foi necessário quebrar paradigmas em torno de conceitos e preconceitos para a transformação social (Mantoan, 2003).

Diferenciar o ato de adaptar para o de incluir, demonstra o reconhecimento histórico de que muitos estudantes tiveram o seu direito à educação negado por serem vistos socialmente como incapazes de aprender. São paradigmas que devem ser quebrados rotineiramente dentro das escolas, práxis após práxis.

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - CE, cecilia.mota2004@gmail.com;

²Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - CE, francisca.frazao@aluno.uece.br;

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - CE, azevedo.silva@aluno.uece.br;

⁴Doutora em Educação. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará- CE, juliana.santana@uece.br;

Mantoan (2002) expressa uma perspectiva da educação inclusiva permeada por quebras dos paradigmas que abrangem as concepções e a visão social em torno das deficiências. Para tanto, conceituar integração e inclusão requer um olhar sensível e crítico, para que se perceba as diversas práticas que os compõem no seu sentido mais prático. Entende-se a integração como “uma ação que coloca a criança com deficiência dentro do espaço escolar regular” (p.15) sem considerar o trabalho contínuo e significativo de atividades que desenvolvam as suas potencialidades. Para a inclusão de fato acontecer, a criança com deficiência não é apenas um corpo presente na escola, mas um ser integral que vive as experiências de aprendizagem, que entra em contato com os espaços a fim de fazer parte dele, pois ela - a criança - brinca, estuda, aprende e ensina.

Ao explicar a perspectiva inclusiva de educação, Santana (2022) defende a inclusão para todos os alunos em sala de aula, estando em situação de dificuldade de aprendizagem ou não, com ou sem deficiências, o que estabelece uma rede cooperativa e humana entre os estudantes e constrói coletivamente um ambiente capaz de proporcionar diferentes conhecimentos, tanto aos alunos quanto aos professores, em uma relação dialógica freireana de ensino-aprendizagem, o que, por conseguinte, rompe com o paradigma individualista tão comum no sistema econômico capitalista.

Construir coletivamente esse ambiente acolhedor apoia-se também na diversidade que torna viva a sala de aula, com crianças diferentes que possuem diferentes vivências. Considerar esta visão estabelece as diversas formas de aprendizagens e construções de conhecimentos, que necessitam de múltiplos instrumentos e métodos de ensino por parte do professor mediador (Lustosa, 2009).

METODOLOGIA

Essa pesquisa possui um caráter qualitativo, pois debruça-se sobre as subjetividades das relações humanas (Minayo, 2016). Para a construção de dados utilizamos um Google Formulário; recurso com acessibilidade ao preenchimento e divulgação. Todos/as participantes foram informados/as sobre o sigilo de sua identidade na pesquisa, garantindo que ninguém pudesse ser identificado.

O questionário contou com 6 questões, sendo elas: 1) *Você leciona na Rede Municipal de Ensino?*; 2) *Em sua sala de aula, há quantos estudantes com deficiência?*; 3) *Como você realiza as atividades com estes estudantes?*; 4) *De acordo com a resposta anterior, descreva um exemplo de atividade realizada com estudantes com deficiência;*

5) *Como a aprendizagem destes estudantes é avaliada? e; 6) Quais são as maiores dificuldades referentes à inclusão de estudantes durante as aulas?*

A partir da divulgação, obtivemos um total de 6 respostas, sendo 1 descartada, pois a pessoa que respondeu não leciona na Rede Municipal de Fortaleza, assim, não cumprindo com o critério de escolha das/os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro ponto a ser discutido nesta análise é a relação entre a escolha dos conceitos “atividades adaptadas” ou “atividades de inclusão” e a exemplificação da prática pedagógica compartilhada pelos/as participantes da pesquisa.

Assim, é importante entendermos a diferença conceitual entre integração e inclusão, em que o primeiro refere-se a inserção de pessoas ou grupo dentro de uma norma padronizada e o segundo refere-se ao processo de valorização da diversidade e individualidade de cada um/uma, próximo ao conceito de sociedade equitativa.

Ao perguntarmos como os/as participantes classificam as atividades que realizam com estudantes com deficiências, oferecemos como opções: “atividades adaptadas” e “atividades de inclusão”; o uso desta última expressão refere-se ao fato de ser mais utilizada e, portanto, compreensíveis pelas/os professoras/es. Vale lembrar que tais terminologias não são sinônimas, visto que uma se refere à atividades diferenciadas e facilitadas, exclusivas para estudantes com deficiência e a outra traz uma perspectiva de acessibilidade, ou seja, atividades que todas as pessoas da turma possam fazê-las. Logo, segundo Santana (2022, p.136): “A lógica da adaptação é construir algo pensando numa “norma”, num “padrão”, para que, na sequência, sejam feitas as adaptações em atendimento àqueles “que destoam do esperado”.

Observou-se que aqueles/as participantes que optaram pela adaptação de atividades, relatam o uso de materiais concretos para a elaboração de conceitos de números e quantificação (no caso do ensino da Matemática) e, posteriormente, para a utilização de folhas de papel a fim de consolidar o conhecimento matemático por meio da escrita. Entretanto, ao relacionarmos esta classificação da adaptação de atividades com o exemplo compartilhado no questionário, não fica nítido se esta atividade é realizada de forma isolada com o/a aluno/a com deficiência ou se é realizada coletivamente dentro da sala de aula com todas as crianças.

A pesquisa apresenta também respostas de professoras/es que não optaram por atividades adaptadas nem atividades de inclusão, tratando-se de respostas que não conseguiram definir a própria prática pedagógica como sendo de inclusão ou integração. Nestes casos, relata-se a avaliação física e sensorial das crianças como medidas para a escolha das atividades, bem como a observação e conhecimento dos interesses dos/das alunos/as para planejar as vivências em sala de aula, brincadeiras com água, tinta e materiais não estruturados. Ao exemplificar quais atividades são realizadas, relata-se atividades manuais, jogos de concentração, associação e coordenação motora fina.

“Um aluno autista com interesse em pipa. Trabalhamos a palavra pipa, letras e sons, outros nomes que a pipa tem em roda de conversa e confecção da pipa de papel e brincar no campo usando-a. Outro com interesse em quebra cabeça, realiza o encaixe das peças e de acordo com o personagem trabalhamos o nome do personagem, consciência fonológica e desenho.”
(Participante 4)

Nesse sentido, conduzir a criança em atividades que envolvam o seu interesse é um dos caminhos para que o ensino contribua de forma efetiva para a sua aprendizagem. É preciso compreender que os/as alunos/as possuem os seus gostos, interesses e hobbies e que estes podem estar no espaço escolar para fortalecer a construção da identidade da criança. Outro fator importante é a criança sentir-se como um sujeito de ação no ambiente em que ela vive, seja construindo materiais, expressando suas artes ou até mesmo cuidando do espaço escolar, como relata a prática pedagógica de um/a participante da pesquisa: “*Andar pela escola regando as plantinhas com regadores feitos de frasco de amaciante e sabão previamente pintados pelas próprias crianças, todas elas*” (Participante 7). A expressão “[...] todas elas” simboliza a essência da prática inclusiva na escola, que busca conhecer e reconhecer as diferenças, conviver com as singularidades e trabalhar coletivamente nos espaços.

Para além das diferentes práticas relatadas pelos/as participantes, a pesquisa procurou identificar os sistemas de avaliação dentro das concepções de adaptação e inclusão concebidas pelos/as participantes ao decorrer das respostas. Interessante notar que, independentemente de terem marcado na terceira pergunta do questionário atividades adaptadas ou de inclusão, ou até mesmo aqueles que não souberam classificar entre estes dois conceitos, há um consenso entre os/as participantes que consideram como avaliação a própria realização ou não realização das atividades, sendo esta avaliação um instrumento de acompanhamento do/ da aluno/a para posteriores planejamentos de aulas. Além disso, relatam sobre a necessidade de respeitar as individualidades de cada criança no momento das avaliações, estas que, por sua vez, são

realizadas diariamente. Uma única resposta relata que a avaliação é realizada por profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Como último levantamento, a pesquisa também identificou quais dificuldades as/os professoras/es enfrentam ao praticar a Educação Inclusiva. O que se percebe pelas respostas compartilhadas é a influência e consequência de todos os históricos de uma educação direcionada para alguns poucos indivíduos da sociedade, depois a segregação de uma escola especial para pessoas com deficiência e uma escola regular para pessoas sem deficiência. O sistema educacional não admitiu, ainda, a possibilidade e a necessidade de abandono desses paradigmas. O que entende-se é que a diversidade ainda é um obstáculo a ser superado: “Sou defensora da Inclusão, tento me informar, mas é um desafio” (Participante 1).

Este relato expressa a dedicação docente para estar estudando e se atualizando sobre metodologias de ensino inovadoras, legislações educacionais e inclusivas, transtornos de aprendizagem, entre tantos outros campos que são exigidos ter-se o conhecimento pelo exercício da profissão, mesmo que, muitas vezes, todo esse esforço individual não consiga ir contra a falta de apoio humano e pedagógico, a falta de formação de qualidade e remodelado de acordo com o contexto atual, a falta da valorização por este trabalho tão complexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais achados apontam uma confusão conceitual entre as/os participantes sobre o que é uma atividade adaptada e uma atividade acessível e tais concepções influenciam sobremaneira em suas práticas em sala de aula, possibilitando (ou não) a inclusão dos/das estudantes. Entendemos que adaptar e acessibilizar são conceitos distintos, no qual o primeiro traz a ideia de diferenciar atividades educacionais enquanto busca uma padronização das aprendizagens, o que dificulta o processo de inclusão; já o segundo refere-se a participação ativa das/dos estudantes, a valorização dos seus saberes e potenciais e o uso de diversas estratégias de ensino, bem como recursos pedagógicos para que a aprendizagem aconteça.

Essa divergência conceitual possui uma raiz histórica, cultural e social cujos paradigmas requerem ser quebrados a cada prática docente e reflexão sobre a ação. Atuar na docência implica conhecer a diversidade que transborda nas salas de aula, uma diversidade que deve criar parceria entre os pares e estabelecer o exercício cooperativo

e inclusivo. Acreditamos que a escola tem o papel fundamental para a formação de indivíduos que visem uma construção social e coletiva, sendo necessário, portanto, uma constância de transformações que se adequam ao ideal da educação para todos/as, a partir da oferta de um espaço que acolha a diversidade e contribua para a formação.

Cabe salientar que é de suma importância a contínua formação profissional para a qualidade do ensino e da aprendizagem, visto que a docência é uma prática que não se desfaz da teoria e, com isso, a busca pelo saber ser e fazer professor requer constância e disposição. Para além dos/as professores/as, toda gestão e educadores necessitam ampliar o suporte às redes de ensino, para que docentes tenham apoio, reconhecimento, e sobretudo, a possibilidade de expandir a sua práxis docente no “chão” da sala de aula e fora dela de maneira justa e equitativa.

Palavras-chave: Inclusão, Acessibilidade, Práticas Pedagógicas.

REFERÊNCIAS

LUSTOSA, Francisca Geny. **Inclusão, o olhar que ensina:** o movimento da mudança e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-ação colaborativa. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. 2009.

MAIA, Francisca das Chagas Frazão et al.. **A Formação Continuada na Rede Pública de Ensino:** Reflexões sobre a Capacitação Profissional de Professoras/Professores para a Educação Inclusiva em Fortaleza... In: Anais do XIV Fórum Internacional de Pedagogia (2024). Anais...Crato(CE) Universidade Regional do Cariri (URCA), 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xiv-fórum-internacional-de-pedagogia-iv-fiped-408898/817127>. Acesso em: 27/10/2024

MANTOAN, Maria Teresa E. **Ensinando a turma toda** - as diferenças na escola. Pátio – Revista Pedagógica, ARTMED, Porto Alegre-RS, ano.5, n.20, fev./abr.2002, p.18-28.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?.** — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); GOMES, Romeu; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 2016.

SANTANA, Juliana Silva. **Saberes-práticas docentes sobre crianças em situação de dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita do 5º ano do ensino fundamental de Fortaleza.** 2022. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.